



Entrevista com Paulo Sá e Cunha (Vice-Presidente da Agência de Inovação, AdI) e Nuno Lacasta (Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, APA)

Publicação: site ECOPOL em 24.03.2014

1-Que dimensão nova está associada à eco-inovação e que a torna tão determinante no futuro?

Paulo Sá e Cunha: A nova dimensão é a introdução de balizas à inovação de modo a orientar o seu desenvolvimento segundo padrões compatíveis com a necessidade de acelerar o desenvolvimento sustentável, em particular um desenvolvimento económico com padrões de utilização e consumo de recursos mais eficiente.

2- É de acreditar que a eco-inovação acabará por se impor como a via para transitar do modelo de desenvolvimento actual para o modelo da economia verde?

Nuno Lacasta: Assim como a inovação é crucial para o crescimento económico sustentado, a Eco-Inovação é crucial para o crescimento verde. A Eco-inovação alavanca a gestão eficiente de recursos, elemento central do crescimento verde. Mas este tema é também uma 'via de dois sentidos'. Com efeito, a própria Eco-inovação entra no novo paradigma de inovação- como um denominador comum que será uma inevitabilidade para o nosso desenvolvimento futuro.

3- O que considera serem políticas de eco-inovação e de que forma estas poderão co-existir com as políticas de inovação e de ambiente actuais?

Paulo Sá e Cunha: Talvez seja melhor falar de políticas para a eco-inovação ou que aceleram a eco-inovação. De uma maneira simples são políticas que, directa ou indirectamente, possam constituir, ou reforçar, *drivers* de inovação com impacte positivo no ambiente. Se pensarmos no quanto objectivos associados à eficiência na utilização de recursos naturais e no consumo podem constituir-se como *drivers*, pode imaginar-se as múltiplas oportunidades para inovação. Estas políticas devem assim, por princípio, ser de impacte transversal a toda a economia e deverão contribuir para uma progressiva evolução das políticas de ambiente e de inovação no sentido de estas não se orientarem para os sintomas e poderem promover a condução da sustentabilidade e fomento da competitividade.

4- O projecto Europeu ECOPOL trata de políticas de eco-inovação. Quer descrever de que se trata este projecto e como Portugal tem vindo a estar envolvido?

Paulo Sá e Cunha: O projecto ECOPOL é uma parceria pública de inovação entre sete entidades de seis países europeus de cujos resultados se esperam linhas de recomendações para políticas e instrumentos que estimulem a eco-inovação. O projecto tem por missão promover a cooperação transnacional no desenvolvimento e implementação das melhores políticas e instrumentos de eco-inovação, em abordagem *bottom-up* – partir de exemplos de boas práticas de políticas e analisar a viabilidade da sua transferibilidade para países onde tenha sido identificada essa necessidade. Esta abordagem é muito interessante (e desafiadora) pois



obriga, antes de mais, à análise de lacunas de política em cada país e à adopção de estratégias diferenciadas para o preenchimento das lacunas identificadas.

Nuno Lacasta: O projecto ECOPOL tem vindo a permitir aprendizagens valiosas nas três áreas temáticas escolhidas: compras públicas ecológicas, gestão de resíduos e reciclagem e internacionalização. Mais do que tudo, as análises de lacunas efectuadas (por tema) permitem identificar com maior objectividade desafios e oportunidades e reunir elementos para uma reflexão conjunta e articulada em momento anterior ao desenho de um roteiro para a eco-inovação. Desde o início tem-se perseguido a ideia de que a APA não deve ficar sozinha na preparação deste roteiro. A Parceria com a AdI veio dar massa crítica ao tema. O ECOPOL veio reiterar este entendimento com a experimentação de um modelo de governação para a sua execução assente num acompanhamento externo permanente, privilegiando especialmente a promoção do conhecimento através da partilha de aprendizagens mútuas e conduzindo ao reforço de comunidades para a eco-inovação. Assim, a Parceria alargou-se à Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (eSPap), ao LNEG, à AICEP e à DGAE.

5- Qual a importância de Portugal participar neste projecto?

Paulo Sá e Cunha: Dar início à discussão com critério do que é eco-inovação e de políticas aceleradoras de eco-inovação com os agentes nacionais competentes. Permitir conhecer uma boa parte da comunidade de eco-inovação PT e contribuir para suportar a colocação da eco-inovação na agenda política, com particular ênfase nas entidades APA e AdI.

6- Se fosse pedido para destacar três resultados do projecto ECOPOL, o que seria interessante destacar e porquê?

Paulo Sá e Cunha 1- O Catálogo de Competências Portuguesas em Eco-inovação, produzido em 2012, é um excelente exemplo para início de reflexão sobre quem podem ser os nossos 'eco-inovadores' e qual a infra-estrutura necessária desenvolver por parte da Administração Pública como incentivador da afirmação duma comunidade portuguesa de eco-inovação;

Nuno Lacasta 2- A identificação do 'quem é quem' na eco-inovação PT, nomeadamente a partir do conhecimento fino gerado em torno dos *Workshops* temáticos de reflexão e da dinâmica do trabalho para alimentação das acções piloto;

Paulo Sá e Cunha & Nuno Lacasta 3- Os testes piloto de Boas Práticas, em aplicação da metodologia ECOPOL. Mas os resultados nacionais do ECOPOL podem ir sendo consultados nos nossos *sites*.

7- Podem antecipar-se algumas das recomendações produzidas no âmbito do projecto?

Nuno Lacasta: Nesta fase estamos a considerar, desde logo, as conclusões do Projeto, até para alinhar com as recomendações de nível Europeu. O que se considera importante sublinhar é que o projecto conseguiu de facto demonstrar muitas das ideias que se suspeitava haver necessidade de desenvolver para que a eco-inovação seja uma realidade no mercado. Iremos também alinhar este Projecto com a iniciativa para o Crescimento Verde promovido pelo Governo e Parceiros.



8- Agora que o ECOPOL está a terminar e atendendo aos interessantes resultados alcançados, para quando uma agenda para a eco-inovação em Portugal?

Paulo Sá e Cunha: Os resultados e aprendizagens que se espera colher do ECOPOL estarão claramente alinhados com o EcoAP e, nessa medida, constituirão um bom suporte à preparação de Portugal para melhor participar nas oportunidades geradas pelo H2020. As recomendações a produzir serão em primeira mão endereçadas conjuntamente a ambas as tutelas (Ambiente e Inovação), devidamente suportadas com os resultados concretos alcançados. Contudo, ainda se pretende antes fazer uma discussão colaborativa com representantes da administração pública em *Workshop* a organizar no fim do projecto. Para tal, pretende-se envolver aqueles que se entende terem as competências determinantes no estabelecimento de políticas e *drivers* de Eco-inovação, e com eles tentar discutir propostas para o desenho de um roteiro Eco-In.

9- Esse roteiro não corre o risco de vir a ser mais um roteiro, entre vários dos existentes, que do ponto de vista operacional parecem estar desligados da economia real do país?

Nuno Lacasta: Como referi, o Projeto ECOPOL pretende identificar e realçar o potencial de Eco-inovação no nosso País. O Roteiro para a Eco-inovação será um contributo para quer a inovação quer o crescimento verde em Portugal. Não será, nem deve ser, uma análise desgarrada do contexto mais vasto de Promover a Competitividade e Internacionalização da Economia Nacional.

Paulo Sá e Cunha: É verdade que todos estes aspectos estão no seu início de configuração, mas Portugal deve preparar-se para poder oferecer condições de estímulo a uma participação activa. Assim, é com muita expectativa que se espera que as recomendações a produzir para um roteiro Eco-In possam servir de orientação nacional concertada à elaboração/implementação dos instrumentos nacionais onde a eco-inovação se revele especialmente útil.

10- Admitindo que as políticas de eco-inovação dos estados membros deverão estar alinhadas com as políticas Europeias, que semelhança de abordagem está a UE a adoptar e como este roteiro contribui para alguma iniciativa em curso?

Nuno Lacasta: Portugal está representado no grupo de alto nível do EcoAP e em processo de observação das orientações da Comissão Europeia e das diferentes opções que começam a ser delineadas pelos Estados Membros (EM). Cada EM deverá desenvolver o roteiro que lhe seja mais adequado para os objectivos e horizonte que definiu. Uns considerarão que um roteiro para a eco-inovação deverá ser mais dirigido a objectivos ambientais, outros utilizarão a oportunidade do desafio do uso eficiente dos recursos naturais como *driver* para fomento da competitividade. Como anteriormente referido, os resultados do ECOPOL contribuirão igualmente para o mais adequado desenho deste roteiro à realidade Portuguesa.